

A SOBREVIDA DA AGENDA PÓS-MODERNA E SEUS MALABARISMOS TEÓRICO-POLÍTICOS

LA SUPERVIVENCIA DE LA AGENDA POSMODERNA Y SU MALABARISMO TEÓRICO-POLÍTICO

THE SURVIVAL OF THE POST-MODERN AGENDA AND ITS THEORETICAL-POLITICAL JUGGLE

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.51502>

Sandra Soares Della Fonte¹

Resumo: Pontuam-se aspectos da construção e das repercussões do discurso pós-moderno no campo educacional brasileiro para evidenciar, à semelhança do que Moraes fez no início dos anos 2000, o seu renovado conservadorismo. Para tanto, ressaltam-se a estruturação desse discurso como uma agenda e alguns de seus rearranjos, em especial os que derivam de seus intelectuais de esquerda. Discutem-se ainda as reações do campo educacional brasileiro diante desses rearranjos. A relação orgânica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, assim como pandemia mundial de Covid-19 têm tornado mais evidentes e profundas as aporias e (des)caminhos dessa agenda. A crítica a qualquer relativismo da verdade e depreciação da ciência tem sido assumida por vários segmentos sociais progressistas, fato que, por um lado, favorece a luta contra argumentações da agenda pós, por outro, pode se reverter em força para a renovação de seu conservadorismo.

Palavras-chave: Agenda pós-moderna. Educação. Renovado conservadorismo.

Resumen: Se destacan aspectos de la construcción y repercusiones del discurso posmoderno en el campo educativo brasileño para mostrar, de manera similar a lo que hizo Moraes a principios de la década de 2000, su renovado conservadurismo. Para ello, se destaca la estructuración de este discurso como agenda y algunos de sus reordenamientos, especialmente los que se derivan de sus intelectuales de izquierda. También se discuten las reacciones del campo educativo brasileño frente a estos reordenamientos. La relación orgánica entre el neoliberalismo y el neoconservadurismo, así como la pandemia mundial del Covid-19, han hecho más evidentes y profundas las aporías y (mal)camino de esta agenda. La crítica a cualquier relativismo de la verdad y desvalorización de la ciencia ha sido asumida por varios segmentos sociales progresistas, hecho que, por un lado, favorece la lucha contra los argumentos de la post agenda, por otro lado, puede revertir con fuerza a la renovación de su conservadurismo.

Palabras clave: Agenda posmoderna. Educación. Conservadurismo renovado.

Abstract: Aspects of the construction and repercussions of the postmodern discourse in the Brazilian educational field are pointed out to show, similarly to what Moraes did in the early 2000s, its renewed conservatism. To do so, the structuring of this discourse as an agenda and some of its rearrangements are highlighted, especially those derived from its leftist intellectuals. The reactions of the Brazilian educational field to these rearrangements are also discussed. The organic relationship between neoliberalism and neoconservatism, as well as the world pandemic of Covid-19, have become more evident and profound the aporias and (mis)paths

of this agenda. Criticism of any relativism of truth and depreciation of science has been assumed by several progressive social segments, a fact that, on the one hand, favors the fight against arguments of the postmodern agenda, on the other hand, it can revert in force to the renewal of its conservatism.

Keywords: Postmodern agenda. Education. Neoconservatism.

A Maria Célia Marcondes de Moraes cuja contribuição ainda nos inspira!

Introdução

A filiação à Pedagogia histórico-crítica evoca a defesa do projeto de uma formação humana ampla, que busca enriquecer o existir humano a partir da apropriação ativa do patrimônio cultural, tendo como horizonte um projeto societário de superação do capital. Esse compromisso implica um duplo movimento: criticar as correntes burguesas no campo educacional; e estruturar fundamentos para a sua própria proposição. Por certo, são ações interligadas. Porém, isso não descarta a necessidade de, em alguns momentos, por motivos diversos, priorizarmos uma dessas tarefas.

A crítica às correntes burguesas no campo educacional tem-se revelado uma tarefa mais complexa que outrora. Isso se deve a várias razões. Pontuamos aqui três delas. A primeira se refere à observação de Saviani (2007, p. 426) relativa à dificuldade de caracterizar as ideias pedagógicas hegemônicas no país a partir dos anos de 1990:

Não é fácil caracterizar em suas grandes linhas essa nova fase das ideias pedagógicas. Isso porque se trata de um momento marcado por descentramento e desconstrução das ideias anteriores, que lança mão de expressões intercambiáveis e suscetíveis de grande volatilidade. Não há, pois, um núcleo que possa definir positivamente as ideias que passam a circular já nos anos de 1980 e que se tornam hegemônicas na década de 1990. Daí que sua denominação tenda a se fazer lançando mão das categorias precedentes às quais se antepõem prefixos do tipo “pós” ou “neo” (SAVIANI, 2007, p. 426).

O autor ainda observa que, a partir do deslocamento do arranjo produtivo para o toyotismo e da ofensiva neoliberal, o neoprodutivismo emerge como uma nova versão da teoria do capital humano. Suas variantes (neo-escolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo) se alimentam do clima cultural pós-moderno.

Isso gera um cenário peculiar no campo das teorizações educacionais. Como observa Della Fonte (2011), o refluxo das teorizações educacionais críticas a partir dos anos de 1990 no país teve como contrapartida o desenvolvimento, no campo acadêmico, de um pensamento de direita renovado e refinado em suas formulações, surpreendentemente abraçado por intelectuais do campo político de esquerda. Em geral, essa tendência aglutina formas teóricas diversificadas, com inúmeras influências e autores distintos, mas que convergem em uma perspectiva denominada *pós-ista* (MORAES, 1996). Algumas de suas formulações contestam os rumos neoliberais e neoconservadores e, ao mesmo tempo, alimentam certos aspectos da lógica neoprodutivista, mesmo que à revelia das motivações políticas de parcela de seus intelectuais.²

Esse encontro, muitas vezes a contragosto de seus adeptos, funciona como um elemento que complexifica a crítica às correntes burguesas no campo educacional. Soma-se a isso uma terceira razão: essa ampla tendência *pós-ista* apresenta-se de forma mutante; seus rumos, suas ressignificações e refinamentos expressam tanto uma dinâmica interna ao campo teórico (de enfrentar as críticas, suas próprias aporias e/ou aprofundar seus argumentos), como um movimento articulado às mutações do capitalismo contemporâneo, inclusive em suas especificidades nacionais.

Neste artigo, pontuamos alguns aspectos da construção e das repercussões do discurso pós no campo educacional brasileiro para evidenciar, à semelhança do que Moraes fez no início dos anos 2000, o renovado conservadorismo dessa agenda. Para discutir isso, talvez precisemos retomar, de início, como e por que esse conglomerado teórico se articula como uma agenda.

A formulação originária do discurso pós-moderno e sua primeira ampliação como agenda

De seu nascimento, sem maiores repercussões no mundo hispânico, na década de 1930 (ANDERSON, 1999), até a sua ampla difusão a partir dos anos de 1970, o termo pós-moderno percorreu uma jornada na qual abandonou seu sentido originalmente estético e assumiu uma conotação histórica na filosofia, na ética, na cultura, nas ciências sociais e humanas.

O ponto de inflexão dessa trajetória encontra-se na segunda metade da década de 1970, quando o termo pós-moderno ganhou uma precisa formulação conceitual. Como observa Connor (1993), o livro *A condição pós-moderna* de Lyotard, publicado em 1979 e traduzido para o inglês em 1984, é um marco, pois ofereceu uma confirmação interdisciplinar aos diagnósticos disciplinares que eram dados sobre o pós-moderno até então.

A exposição de Lyotard busca responder a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas (pesquisa proposta pelo Conselho das Universidades junto ao governo de Quebec, a pedido do seu presidente). Embebido pelo clima de grande reação às tradições marxistas e comunista na França, em especial, à noção de totalidade (JAMESON, 2004, p. X), e tributário das reflexões de Daniel Bell, Alain Touraine e Ihab Hassan, o filósofo francês explica que o advento do pós-moderno se relaciona a amplas mudanças ocorridas a partir do final dos anos de 1950: o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na “idade pós-industrial” e a cultura na “era pós-moderna” (LYOTARD, 2000, p. 3).

Essa é a resposta lyotardiana em meio a um período crítico do capital quando o esgotamento da sua expansão econômica após a 2ª Guerra Mundial e a configuração do Estado de Bem-Estar se tornaram nítidos. Em meio a essa crise, a recuperação de orientações neoliberais, a flexibilização produtiva e a substituição da automação baseada na eletromecânica pela aparelhagem eletrônica (informática e robótica) se transformaram nas bases principais de recomposição capitalista.

Segundo Callinicos (2002), o *status* de *A condição pós-moderna* consiste no entrelaçamento entre arte pós-moderna, filosofia pós-estruturalista e teoria social pós-industrial, fato que, ao nosso ver,

possibilitou a ampliação posterior desse pensamento na forma de uma agenda, isto é, como um conjunto de temas, problemas e compromissos compartilhado por grupos diversos.

Ao inaugurar a discussão do pós-moderno no campo filosófico, Lyotard rompe o tratamento disciplinar do tema e trata a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana. Para Anderson (1999), esse aspecto possibilitou uma ressonância maior do livro em relação a todas as reflexões anteriores sobre o assunto.

Nessa obra, Lyotard (2000) desenvolve a concepção de pós-moderno que se tornaria clássica. No contexto de crítica dos relatos iluministas e de defesa relativista de paridade de saberes, o autor (2000, p. XVI) define o pós-moderno como “a incredulidade em relação aos metarrelatos” utilizados para sustentar o ideal de emancipação e de superioridade da ciência diante dos demais conhecimentos.

Como mencionado, a elaboração lyotardiana já continha o potencial de constituição de uma agenda, tendo em vista o caráter amplo e interdisciplinar conferido ao tema. Esse potencial se efetivou com o círculo de debate que se instaurou em função dessa formulação originária. Anderson lembra que, depois do impulso da ideia lyotardiana de pós-modernidade no final dos anos de 1970, a primeira reação abrasiva e elaborada a partir do campo da esquerda em relação ao tema foi a de Jürgen Habermas, em seu discurso de recebimento do prêmio Adorno da municipalidade de Frankfurt em 1980, por mais que Habermas (1993, p. 98) aponte que seu ponto de partida tenha sido a Bienal de Arquitetura em Veneza em 1980.

Ao colocar a questão se se deve declarar o projeto inteiro da modernidade uma causa perdida ou se podemos nos agarrar às intenções, mesmo que frágeis, do Iluminismo, Habermas responde: é cedo para se renunciar à modernidade, pois o seu projeto ainda está inacabado (HABERMAS, 1993). Seu horizonte é a defesa de fundação pragmático-transcendental. As condições de possibilidade do debate, do agir comunicativo implicam regras que determinam o círculo dos participantes potenciais, como inclusão de todos os sujeitos, sem exceção, que disponham de capacidade de participar de argumentações, chances iguais de contribuir para a argumentação e condições de comunicação que tornam possível o prevalecer de um direito sem qualquer repressão. Essa é a forma ideal da comunicação; as regras do discurso não são simplesmente convenções, mas, segundo o autor, pressuposições universais inevitáveis.

A intervenção de Habermas fez crescer a envergadura do debate sobre o pós-moderno. Sua afirmação da incompletude do projeto moderno reage contra o relativismo e reforça a vitalidade de noções como razão, universalidade e emancipação, mesmo que em um horizonte pragmático-discursivo. Além disso, apresentar o encontro do pós-moderno com proposições antimodernas como uma aliança no interior do conservadorismo foi algo inédito e desconcertante para as análises do momento. Como indica Callinicos (2002, p. 93), “A idéia de que o pós-estruturalismo devia ser visto como um parente da nostalgia conservadora de uma ordem orgânica pré-capitalista encontrou muita resistência nos países de fala inglesa, onde a recepção de Foucault, Deleuze e (em menor medida) Derrida ocorreu principalmente por intelectuais de esquerda”.

Segundo Anderson (1999), Habermas ajudou a selar a autoridade filosófica do debate sobre o pós-moderno. Mas essa validação complementou-se com a intervenção da academia estadunidense. No mesmo ano em que Lyotard publicou, na França, *A condição pós-moderna*, o neopragmático Richard Rorty lançou, nos EUA, *Filosofia e espelho da natureza*, no qual apresentou argumentos relacionados em especial à produção do conhecimento, que foram importantes para o desenvolvimento de aspectos filosóficos do pós-moderno. Rorty (1994) não chega a negar a existência da realidade, mas nega a possibilidade de a ela ter acesso fora do âmbito pragmático de descrições culturais particulares. O autor afirma que a noção de um espelho da natureza desanuviado, de um ser humano que conhece o fato, é uma imagem de Deus. Assim, “[...] a objetividade deveria ser vista como conformidade às normas de justificação (para asserções para ações) que encontramos sobre nós” (RORTY, 1994, p. 355). A contribuição de Rorty no debate sobre o pós-moderno ocorreu a partir de sua defesa de um pragmatismo cultural contextualista.

Esse diálogo triangular não só legitimou o pós-moderno como tema da filosofia contemporânea, como propiciou a constituição dessa tendência como uma agenda, tendo em vista que, apesar de motivações e argumentações distintas, esses três intelectuais moviam-se dentro do amplo espectro da virada linguística³ de inspiração pragmática. Nesse sentido, o conhecimento não retrata a objetividade, mas as regras e jogos culturais (transcendentais ou contextuais) que constituem os acordos linguísticos. Há, nesses posicionamentos, um antirrealismo, não porque se nega a realidade objetiva; mas não reconhece essa realidade como passível de ser apreendida por um esforço gnosiológico.

Há que se reconhecer também que, já nesses primórdios, essa agenda abrangeu controvérsias alimentadas pela prática social histórica. Em 1979, Lyotard era peremptório em suas posições a favor da deslegitimação do relato de emancipação, da equivalência de saberes, da relativização da verdade e da pluralidade ontológica. Sua ênfase no “determinismo local” (2000, p. XVI), na diferença e incomensurabilidade dos jogos de linguagem representavam, segundo ele, uma guerra contemporânea ao “terrorismo da noção de totalidade” (LYOTARD, 1993, p. 46). Difícil não se indagar “[...] por que então, justo no momento histórico em que esse sistema estava se tornando mais ‘total’ que nunca, alguns intelectuais radicais começaram a denunciar toda a noção de totalidade como um sonho ruim” (EAGLETON, 1998, p. 125). Dessa forma, “Não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo” (EAGLETON, 1998, p. 20). A posição de Lyotard era por demais celebratória ou cínica diante de um contexto de recomposição mundial do capitalismo.

Por essa razão, já em surgimento, observa-se, na agenda pós, um mal-estar com a renúncia de ideais de emancipação e autonomia (cf. LYOTARD, 2000); em função disso, desenvolve-se uma espécie de contestação social que avista um leque de variações, mas nos marcos do capitalismo: a defesa de *utopia liberal* como pertencente à esquerda reformista (cf. RORTY, 2001) ou de uma relação entre ação comunicativa e reformismo radical a partir do vínculo democracia e soberania popular no seio de uma esquerda não-comunista (HABERMAS, 1991).

A disseminação da agenda pós e de seus impasses

A partir desse debate inaugural, essa agenda assumiu vários caminhos. Ao longo dos anos de 1980, houve a penetração do pós-moderno em vários círculos de discussões sobre diferentes temas e a partir de diversos campos do conhecimento. A análise do pós-moderno diluiu-se em discussões específicas de algumas áreas. Na área da História, por exemplo, ela deu o tom de polêmicas acerca da relação Literatura/História e fato/ ficção, da micro-história (cf. DOSSE, 1992) e mesmo das revisões historiográficas sobre a Revolução Francesa (cf. HOBSBAWM, 1996; DOSSE, 1992). A questão da cultura, aos poucos, tornou-se proeminente. Temas como “o Outro”, a diferença/identidade cultural, a relação Oriente e Ocidente, foram trazidos e problematizados pelos Estudos Culturais ingleses, pelo multiculturalismo norte-americano e pós-colonialismo. Por sua vez, a discussão sobre a cultura realizada por essas perspectivas se entrecruzou fortemente com os debates da “sociologia da ciência”, especialmente com o chamado “construcionismo social” e sua defesa de simetria entre ciência e não-ciência, verdade e falsidade, sociedade e natureza (cf. LATOUR, 1994).

Contudo, a intensidade do debate sobre o pós-moderno não diz respeito apenas a sua disseminação cada vez mais ampliada na academia; houve também um aumento da sua tensão, muito alimentada não apenas por motivações gnosiológicas, mas também políticas e éticas. Basta lembrar a “impostura” de Alan Sokal⁴ (com sua repercussão internacional) e toda uma onda de revisionismo ou negacionismo do Holocausto, envolvendo, por exemplo, a “querela dos historiadores alemães” na segunda metade da década de 1980 cuja polêmica mais representativa se deu entre Ernst Nolte e Habermas (cf. SCHURSTER; LEITE, 2021) e o debate, também no campo historiográfico, entre Hayden White e Carlo Ginzburg sobre a relação história, ficção, fato, verdade e relativismo nos anos de 1990 (cf. CUNHA, 2014).

Entre a segunda metade da década de 1980 e primeira metade dos anos de 1990, o debate sobre o pós-moderno teve um novo ingrediente, sendo atravessado pelos anúncios comemorativos de “fim da história”, como o de Francis Fukuyama em 1989, intensificados com a queda do Muro de Berlim (1989-1991).

Cabe, no entanto, destacar que, já no final dos anos de 1990, o termo pós-moderno estava bastante escoriado. Além da sua rejeição por alguns pós-estruturalistas, Lyotard reforçou sua relação ambígua esse vocábulo (cf. LYOTARD, 1996 [1993]). Por sua vez, Rorty (1999 [1995], p. 13-14) afirmou que, apesar de ter utilizado o pós-moderno com certa frequência (e o fez no sentido lyotardiano de incredulidade quanto às metanarrativas), preferiria não tê-lo feito: “O termo pós-moderno tem sido tão superutilizado que vem causando mais confusões do que trazendo esclarecimentos”. Em seu lugar, ele (1999, p. 13-20) optou pela expressão “filosofia pós-nietzschiana”. Já Latour (1994) sugeriu que nunca fomos modernos e, portanto, não há sentido em falar em pós-moderno.

A novidade que a virada para o século XXI trouxe foi a de reforçar essa atmosfera de desfalecimento do pós-moderno. Considerando a popularização do termo, não é de surpreender que os anúncios mais marcantes desse processo tenham vindo de jornais, mas após um evento bastante peculiar: o ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Em 22 de setembro de 2001, Rothstein (2001) afirma, em *The New York Times*, que a destruição do *World Trade Center* e o ataque ao Pentágono podem ter efeitos similares de desafiar ética e intelectualmente o pós-modernismo e o pós-colonialismo. As asserções pós-modernistas de não existência de validade objetiva para a verdade e o julgamento ético e a defesa pós-colonialista de que os princípios universalistas do Ocidente são construtos ideológicos “[...] parecem peculiares quando tentam prestar contas do recente ataque. Essa destruição dá a impressão de implorar por uma perspectiva ética transcendental. E mesmo o relativismo mais suave parece preocupante [...]” (ROTHSTEIN, 2001, p. A17).

Dias depois, em artigo da *Chicago Tribune*, a jornalista Julia Keller afirma, na mesma direção: “O que se encontra nos escombros na mais profunda Manhattan, no corte profundo no Pentágono e no campo no sudeste da Pensilvânia pode ser, entre tantas outras coisas, isso: o fim do pós-modernismo [...]” (KELLER, 2001, p. 2).

Como lembra Moraes (2004), esse debate ganhou espaço, no Brasil, no Caderno Mais!, do jornal Folha de São Paulo, de 2 de novembro de 2003, tendo como mote o lançamento do livro *After theory* de Terry Eagleton (2003). Para o filósofo e crítico literário britânico, “com a nova narrativa global do capitalismo, juntamente com assim chamada guerra contra o terror, é bem possível que o estilo de pensamento conhecido como pós-modernismo esteja chegando ao fim” (EAGLETON, 2003, p. 221).

As duas décadas que nos separam desse anúncio nos permite afirmar que a agenda pós-moderna ainda está distante de óbito ou, se, de fato, ela faleceu nos escombros das Torres Gêmeas, sua ressurreição foi muito rápida. Della Fonte (2006, p. 26) chegou a afirmar no esteio dessa reflexão: “o tema do pós-moderno e a sua vitalidade parece renovar-se mesmo quando se anuncia a sua *morte*”.

Agenda pós-moderna e seus eixos

Apesar dos ecos analíticos da obra de Lyotard reverberarem até os dias atuais, a agenda pós-moderna está longe de se limitar a suas formulações teóricas inaugurais. Ao tratar o discurso pós-moderno como uma agenda, Wood (1995) busca evidenciar um rol de compromissos e temas que perpassam uma vasta gama de tendências intelectuais e políticas que surgiram em anos recentes.

Portanto, o termo agenda pós-moderna tem o mérito de ampliar o foco de análise, uma vez que não remete a uma doutrina homogênea em termos de unidade conceitual. Nesse sentido, ela não se reduz ao que classicamente ficou conhecido como discurso pós-moderno: o pensamento lyotardiano.

Ao seguir essa linha de argumentação, Della Fonte (2010) observa que agrupar diversas correntes intelectuais contemporâneas com trajetórias históricas próprias e categorias e conceitos peculiares em uma agenda ampla é passível de críticas. Contudo, evidencia a autora, há inúmeras tentativas, não apenas de críticos, mas inclusive de estudiosos que se identificam com essa perspectiva, de indicar possíveis aproximações ou eixos comuns. Assim, pontua:

Com o termo “agenda pós-moderna”, acompanho esse movimento e sugiro um eixo comum compartilhado por essas diferentes perspectivas. Não se trata de igualá-las em suas proposições, mas de indicar que, na diversidade de seus argumentos, podem ser identificadas algumas aproximações e semelhanças que, a meu ver, manifestam a atmosfera político-intelectual vigente (DELLA FONTE, 2010, p. 50).

Wood (1995, 1999) caracteriza a agenda como expressão da trajetória de uma parcela de intelectuais de esquerda cuja consciência política de reforma ou “humanização” do capitalismo se formou a partir do término da 2ª Guerra mundial e se atualizou com as reconfigurações do capitalismo no final do século XX. Considera que, mesmo tendo versões mais ou menos extremas, é possível dizer que a agenda pós-moderna se interessa por temas como linguagem, cultura e discurso. A linguagem é tudo que se pode conhecer do mundo, não se teria acesso a qualquer outra realidade (por mais que se possa admitir a existência de uma realidade objetiva): “[...] e, uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos ‘discursos’ específicos em que vivemos” (WOOD, 1999, p. 11). Nesse sentido, a ciência não pode pretender aproximar-se ou apreender um mundo externo; ela seria um discurso vinculado aos princípios imperialistas e opressivos, pilares da sociedade ocidental. Assim, em contraste com conhecimentos tidos como totalizantes e valores universais: “[...] os pós-modernistas enfatizam a ‘diferença’: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e ‘conhecimentos’ particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos” (WOOD, 1995, p. 8).

No Brasil, Maria Célia Marcondes de Moraes (1996, p. 47) destaca que esse amplo grupo, além de contrapor-se às propostas da Ilustração, associadas usualmente ao “moderno”, apresenta-se como “[...] arauto da indeterminação total, do caráter fragmentário, desintegrado, heterogêneo, descontínuo e plural do mundo físico e social [...]”. Seduzido pela “virada lingüística”, supõe “[...] que há uma anterioridade da linguagem em relação ao mundo real e, assim, o que se pode experimentar como 'realidade' nada mais seria do que um constructo ou um 'efeito' do sistema particular de linguagem ao qual pertencemos” (MORAES, 1996, p. 50).

De acordo com Ahmad (1997), longe de indicar uma nova época histórica, a “condição-pós” expressa um clima intelectual generalizado, senão dominante, do pensamento social e político euro-americano. Sua peculiaridade reside não apenas no alívio, mas na euforia diante do colapso (considerado definitivo) dos três principais projetos de emancipação universal do século XX: o nacionalismo anti-imperialista, a democracia social de esquerda e o comunismo.

Desse modo, em um contexto de grande avanço tecnológico-informacional e de afirmação da ideologia e de políticas neoliberais, essa agenda expressa a atmosfera político-intelectual com bases pós-metafísicas e da virada linguística (DELLA FONTE, 2010).

Se, por um lado, a adoção do termo agenda mostra a complexidade que tal tendência alcançou ao aglutinar, em seu grande guarda-chuva, diversas construções teóricas, por outro, as feições dessa agenda não estão estáticas, o que torna seu tratamento ainda desafiador. Como pontua Moraes (2004), “[...] como qualquer pensamento, os que compõem a agenda pós-moderna, modismos ou não, transmutam-se no decorrer da história” (MORAES, 2004, p. 340).

A tentativa de sobrevivência de uma esquerda pós-moderna

A capacidade da agenda pós de ressignificar-se e renovar-se comprovam o que Moraes, nos inícios dos anos 2000, chamava de seu “renovado conservadorismo” e permanência de sua vitalidade:

Assim, se é difícil conceber a sobrevivência de um pensamento pós-moderno tal como manifesto por seus primeiros representantes – que, de modo geral, asseveravam a derrota do projeto iluminista de emancipação, a mentira do progresso histórico, a fragilidade do sujeito, a impossibilidade da verdade, a negação do real, a recusa de fundamentos, rejeitavam as grandes narrativas, denunciavam a ciência e a racionalidade ocidental como imbricadas à estrutura de poder, à razão instrumental e à dominação –, é nítida a sobrevivência de facetas da agenda pós-moderna como, por exemplo, suas vertentes culturalistas e neopragmáticas (MORAES, 2004, p. 340).

O diagnóstico da autora ainda é válido após quase duas décadas. Mas a ele precisamos acrescentar outras reflexões. Mesmo sem renunciar ao seu antirrealismo, de modo aberto ou velado (cf. MEDEIROS, 2021), essa agenda tem aglutinado, cada vez mais, posições ético-políticas divergentes. Parece-nos que sua sobrevivência tem decorrido da insistência de alguns de seus segmentos de esquerda. Desaceleremos para compreender essa hipótese.

A constatação de Moraes em relação a vertentes culturalistas e neopragmáticas na década de 1990 e início dos anos 2000 tinha como alvo principal Richard Rorty. Como observa Medeiros (2021), dentre os vários pensadores da agenda pós, o neopragmático ocupa um lugar de destaque:

Primeiro, Rorty é um filósofo extraordinariamente dotado, instruído, com um saber enciclopédico na área. Segundo, sua filosofia, por mais controversa que seja, é reconhecidamente coerente, difícil de ser atacada. Por fim, Rorty se apresenta como um pensador de esquerda (RORTY, 2002, p. 28) – um rortysiano de esquerda – ao mesmo tempo em que constrói uma filosofia com o propósito confesso de defender e embasar o que ele chama de democracias do Ocidente, um eufemismo para designar o capitalismo neoliberal (MEDEIROS, 2021, p. 455).

Moraes (2004, p. 345) já considerava a sofisticação do neopragmatismo rortiano, segundo suas palavras, “o mais vivo e penetrante” de todos os rumos teóricos e práticos dessa agenda. Sua reflexão, porém, era incisiva: considerando a predominância de uma utopia praticista, do privilégio da eficácia, da manipulação do tópico e imediato, enfim, da lógica pragmática na vida social e na educação, Rorty revela-se como “[...] “presença ausente” em boa parte dos documentos elaborados pelos

organismos multilaterais e no conjunto de reformas da educação brasileira nos últimos anos” (MORAES, 2009, p. 323-324).

Se considerarmos a atual Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio, não há dúvidas de que Rorty continua uma presença ausente. Contudo, mesmo com proximidades das reflexões neopragmáticas, intelectuais pós-modernos do campo democrático antineoliberal tem se incomodado com seu etnocentrismo manifesto. Em um dos capítulos do livro *Epistemologias do Sul*, organizado por Boaventura de Sousa Santos e Meneses, Maldonado-Torres (2010, p. 357) assevera que “Nos EUA foi mais o patriotismo do que, propriamente, o cristianismo que serviu de alicerce aos liberalistas pragmáticos de tendência esquerdizante, como Richard Rorty e Cornel West”.

Como manter as máximas da virada linguística de cunho pragmático sem cair, por um lado, no relativismo e, por outro, no etnocentrismo? A resposta rortyana contra o relativismo não agradou à essa esquerda pós-moderna que tem revisitado as polêmicas e os impasses dessa agenda, como o abandono dos ideais emancipatórios, o esvaziamento da crítica, a incomensurabilidade dos jogos de linguagem e o relativismo. Em outros termos, tem elaborado novas respostas a temas, no mínimo, desconfortáveis para essa agenda.

Em função disso e sem perder seus inimigos externos (o “moderno”, o Iluminismo, as tradições marxistas), essa agenda passou a se diversificar ainda mais. Contra o relativismo, essa esquerda tem se posicionado em prol dos oprimidos e comunidades subalternas (McLAREN, 2000, 2005), das epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2010), da luta contra a dominação neocolonial (SAID, 1990) e da articulação das lutas sociais em nível global.

Essas várias adaptações e renovações tem atualizado a agenda pós, mas sem abandonar o vínculo com a virada linguística e o descrédito da ciência. Basta lembrar da emblemática visão de ciência de Boaventura de Souza Santos para quem:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2008, p. 21).

A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia. A razão por que privilegiamos hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controle dos fenômenos nada tem de científico. É um juízo de valor (Em outro texto, no mesmo volume (SANTOS, 2008, p. 83-84).

Evitando o vínculo com a tradição marxista, mas sem ratificar a celebração do fim da história, segmentos da agenda têm “salvado” seu verniz progressista. Disso decorreram proposições, como a de um “multiculturalismo pós-moderno crítico” ou revolucionário (cf. McLAREN, 2000, 2005) ou um “pós-modernismo inquietante ou de oposição” (cf. SANTOS, 1997, p. 35).

Como avaliar o rumo assumido por essa parcela da agenda? Dentre os vários caminhos possíveis para tratar essa questão, lembramos duas análises específicas. José Paulo Netto (2004) reconhece a magnitude e renome de Boaventura de Sousa Santos como um intelectual progressista

com atuação política no campo democrático. Mas indica que sua leitura simplória do marxismo representa “receita nova, pudim velho”: “Correndo o risco de cometer uma indelicadeza formal, a leitura de Marx por Sousa Santos pode ser caracterizada como uma receita nova – com ingredientes como Modernidade, paradigma etc. que culmina na feitura de um pudim cujo gosto se conhece há muito determinismo, evolucionismo, reducionismo econômico” (NETTO, 2004, p. 237). Para o autor, o seu antimarxismo influencia na própria intenção de representar um novo paradigma de oposição: “a sua análise da teoria marxiana é de todo incompetente para fundar uma interpretação que dê conta, minimamente, da fecundidade ou não daquela teoria para enfrentar os grandes desafios contemporâneos” (NETTO, 2004, p. 238).

Por sua vez, ao discutir o orientalismo do intelectual e ativista político palestino-estadunidense Edward Said e sua posição contra o neocolonialismo europeu, Medeiros (2021, p. 453) observa: “causa certa pelas linhas tortas”.

Essa parece ser uma síntese acertada acerca dessa esquerda pós-moderna. Sob esse aspecto, seguindo a provocação de Della Fonte (2006), talvez seja mais apropriado recorrer àquilo que Lukács usou para descrever tanto a sua passagem do neokantismo para o hegelianismo em seu livro *A teoria do romance*, quanto para evidenciar sua crítica à filosofia sartreana: os pós-modernos aglutinam uma “ética de esquerda” a uma “epistemologia de direita”, ou seja, uma ética progressista a uma exegese convencional da realidade.

Novamente, Lukács convida a pensar o quanto a objetivação do pensamento filosófico, muitas vezes, não obedece às intenções dos seus autores, assim como ocorre no âmbito literário. Mas aqui um novo cuidado deve ser tomado: a ética de esquerda que se encontra no Lukács d’*A teoria do romance* ainda sustenta a noção de revolução, mesmo que inclinado à cambiante atitude política e filosófica do *anticapitalismo romântico*.

Com o término da Segunda Guerra e a derrota de Hitler, a ética de esquerda diluiu-se e cedeu lugar a uma forma de “conformismo disfarçado de não-conformismo” (LUKÁCS, 2000, p. 18). É muito mais nesse sentido que se pode falar da fusão de uma “ética de esquerda” e uma “epistemologia de direita” por essas frações da “agenda pós”.

Rearranjos do campo educacional brasileiro diante dos rumos da agenda pós-moderna

Apesar de sua formulação filosófica datar do final da década de 1970, a chamada agenda pós adentrou a produção do conhecimento no campo educacional brasileiro no início dos anos de 1990. De acordo com Paraíso (2004, p. 285), os primeiros trabalhos apresentados, a partir das formulações pós-modernas, na reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o primeiro livro publicado com essa perspectiva no Brasil (SILVA, 1993) são de 1993.

Nesse momento inicial, a diferenciação entre moderno e pós-moderno foi traduzida, para o campo educacional, pela distinção entre pedagogias críticas e pós-críticas. Apesar das tentativas iniciais

de amalgamá-las (cf. SILVA, 1993, 1996, 2002), as teorias educacionais pós-críticas ganharam identidade própria no final da década de 1990 e, assim, explicitaram sua contraposição às teorias educacionais críticas (cf. CORAZZA, 1999; SANTOS, 2000; PARAÍSO, 2004). Foi dentro desse espírito que o pós-moderno se disseminou, de maneira capilar, em diversos campos investigativos da pesquisa educacional brasileira (cf. PARAÍSO, 2004).

O termo pós-crítico não é apenas vago e impreciso. Ele porta, em sua imanência, um embaraço insolúvel. Abdicar da ou esvaziar a função crítica é um impasse sem solução dentro do horizonte intelectual progressista. Como alerta Duayer (2003, p. 5),

[...] doutrinas que à primeira vista propugnam a relatividade, a indiferenciação, a equiparação de crenças, a total tolerância e o absurdo pluralismo, negam, pela lógica de sua própria construção, a possibilidade de crítica e, *ipso facto*, alimentam toda sorte de dogmatismo.

A defesa da qualificação pós-críticas para as teorias educacionais alinhadas à agenda pós-moderna tem se mostrado frágil por várias razões. Por exemplo, ela torna inexacta a equação compromissos com grupos sociais oprimidos e com algum tipo de mudança social e descarte do lugar de criticidade e da função de criticar. A crítica é um exercício fundamental para a tomada de posição e para o abandono do relativismo.

Há que se considerar também um outro problema: a qualificação de pós-críticas para esse aglomerado de tendências intelectuais da educação não tem suporte em alguns filósofos e cientistas sociais aos quais recorrem as teorias educacionais pós-críticas. Longe de autorizar ou validar essa nomenclatura, esses autores não renunciaram à crítica e inclusive defendem uma “teoria crítica pós-moderna” (BOAVENTURA, 1999, p. 204) ou um “pensamento crítico” sob a forma de “uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade” (FOUCAULT, 1994, p. 687-688).

Ainda existe outro fenômeno curioso: estudiosos da educação de tradição anglófona (alguns dos quais apropriados pelas teorizações educacionais pós-críticas no Brasil) também não legitimam a nomenclatura pós-crítica, pois defendem uma concepção dilatada e profusa de pedagogia crítica, acreditando não só que ela envolve discursos pós-modernos, como também tem se beneficiado desses discursos. Movimentos emancipatórios “anti-racistas e pós-coloniais, formas radicais de multiculturalismo, homossexuais e lésbicas, múltiplas vozes feministas, neomarxistas e socialistas democratas, ‘verdes’ etc.” podem assumir uma “unidade *descentrada*”: “Múltiplos projetos progressistas, múltiplas ‘pedagogias críticas’ são articuladas” (APPLE, 2002, p. 135).

Nessa direção, McLaren e Jaramillo (2007) reforçam a noção de uma pedagogia crítica revisitada capaz de lutar contra a integração da esfera pública nas práticas neoliberais e imperialistas do Estado e do capitalismo globalizado. Sob esse aspecto, a pedagogia crítica é anti-imperialista, antirracista, anti-homofóbica e sintonizada com outras reivindicações de grupos oprimidos (McLAREN, 2005).

Sob influência da academia anglófona, Fischman e Sales (2010, p. 12-13) explicam:

Referimo-nos às *pedagogias críticas* como um conglomerado de perspectivas que tomam emprestados princípios e orientações dos ideários de John Dewey, da Escola de Frankfurt da Teoria Crítica, de Antônio Gramsci, de Paulo Freire, das perspectivas feministas, dos modelos antirracistas e até da educação popular e os aplicam à análise das instituições educativas. As *pedagogias críticas* têm presença importante nos cursos de formação de professores estadunidenses, embora gerem grandes resistências entre os professores nas escolas (Darder, 2002; Darder, Baltodano & Torres, 2003; Giroux, 1988, 1994, 2000, 2003; Giroux & McLaren, 1989; McLaren & Lankshear, 1993, 1994; McLaren & Fischman, 1998; McLaren, 2005; McLaren & Kincheloe, 2007).

A elasticidade do termo pedagogia crítica se vincula à equivalente maleabilidade e fluidez da expressão Teoria Crítica (*Critical Theory*) na academia anglófona (em especial, no Reino Unido e nos EUA), cujo sentido, por sinal, é bastante endógeno a esse ambiente e, segundo Jeanpierre (2010), não tem equivalência ou eco na Europa Continental.

Na estranha e palatável classificação bibliográfica de *Critical Theory*, cabem filósofos, literatos, historiadores, etnólogos e sociológicos europeus ou americanos, como Adorno, Agamben, Althusser, Anderson, Balibar, Bataille, Baudrillard, Benjamin, Bey, Butler, Caillois, Camus, Deleuze, Derrida, Eagleton, Jameson, Rancière, Saïd, Sartre, Spivak, Virilio, Williams, Žižek, entre outros.

Na Enciclopédia de Filosofia de Stanford, James Boham (2021) explica que o verbete Teoria Crítica possui um sentido estreito e amplo. Na acepção estrito, designa várias gerações de filósofos e teóricos sociais alemães da tradição marxista da Europa Ocidental conhecida como Escola de Frankfurt. Inspirada pela luta pela emancipação humana que, segundo Boham (2021) qualifica a teoria crítica no seu sentido mais estreito, muitas teorias críticas, articuladas a movimentos sociais, se desenvolveram a fim de explicar e transformar as circunstâncias que escravizam os seres humanos. “[...] tanto no sentido amplo quanto no sentido estrito, uma teoria crítica fornece as bases descritivas e normativas para a investigação social destinada a diminuir a dominação e aumentar a liberdade em todas as suas formas” (BOHAM, 2021, s.p.). Emancipação humana contra opressão e dominação: “qualquer abordagem filosófica com objetivos práticos semelhantes poderia ser chamada de “teoria crítica”, incluindo feminismo, teoria racial crítica, e algumas formas de crítica pós-colonial” (BOHAM, 2021, s.p.).

A absorção da proposta elástica de uma pedagogia crítica a partir do modelo anglófono tende a invalidar a designação de pós-crítica e a despedida de uma educação crítica. Mas não apenas isso. A expansão sobre o que considera pedagogia crítica possui, em geral, um enfoque plural vinculado ao antirrealismo (cf. BIESTA, 1998; LOPES, 2015), posição que mais se aproxima de uma estratégia malabarista de sustentar a sobrevivência de argumentos da agenda pós nesse novo rearranjo de compromisso com a emancipação social e com grupos oprimidos.

Fronteira a esse caminho, há no Brasil uma tendência que tem buscado aliar teorias educacionais críticas e as pós-críticas. No campo dos estudos curriculares, chamam-se híbridas as teorias que, sem abandonarem a noção pós-moderna de pluralidade cultural, conferem importância à centralidade do conhecimento, como defendida pelas teorias críticas (cf. MOREIRA, 2007, 2009, 2010;

LOPES, 2013; RIBEIRO, 2016, 2017). A perspectiva é de que, apesar de heterogêneas, essas teorias educacionais podem se complementar:

Apesar de ênfases distintas, tais vertentes, internamente também heterogêneas, podem operar sob diálogo em determinados pontos. Acreditamos que a temática do conhecimento pode servir a essa lógica que hibridiza perspectivas crítica e pós-crítica de currículo, que a acolhem como central a partir de ênfases distintas, mas que não se configuram como pólos antagônicos de análise (RIBEIRO, 2017, p. 577).

Não deixa de ser paradoxal que “juntar” teorias críticas e pós-críticas foi a proposta inicial de Silva quando introduziu, no início dos anos de 1990, o debate pós-moderno na educação brasileira. Depois de ganharem identidade própria e se contraporem às teorias educacionais críticas no final da década de 1990, causa surpresa entrar em cena novamente essa aproximação “híbrida”. Estaríamos diante de um retorno histórico? De modo algum. A proposta de hibridização parece-nos mais uma das acrobacias da agenda pós na educação não apenas para lidar com seus limites e impasses de ordem teórica, mas também para sobreviver à interpelação da história hodierna. A nosso ver, a relação orgânica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, assim como a recente pandemia mundial de Covid-19 têm tornado mais evidentes e profundas as aporias e os (des)caminhos dessa agenda.

A prática social-objetiva, o critério de verdade e o debate no plano do conhecimento

Em 2016, o Dicionário Oxford elegeu o vocábulo “pós-verdade” como a palavra do ano na língua inglesa (WORD..., 2016). Até esse momento, o interesse prioritário da editora de dicionários da instituição britânica era por palavras da vida cultural e cotidiana da população anglófona. A escolha de pós-verdade representou uma mudança, pois o uso do verbete teve como solo o campo político, mais especificamente o contexto do referendo britânico sobre a União Europeia e as eleições presidenciais dos Estados Unidos, vencidas pelo republicano Donald Trump.

Segundo o dicionário, pós-verdade relaciona-se ou denota “[...] circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (POST-TRUTH, s.d.). Trata-se, portanto, de um neologismo criado para descrever como se modela a opinião pública, negligenciando fatos objetivos e apelando para o campo das emoções e crenças pessoais, dentro da lógica de que o que parece ser verdade é mais importante que a verdade. Assim, tanto no referendo sobre a separação do Reino Unido da União Europeia em 2016, como na eleição de Trump no mesmo ano, os eleitores tenderam a negligenciar aspectos objetivos da realidade e dos acontecimentos para fundamentar suas decisões.

Esse comportamento coletivo não se descola do cenário econômico mundial que tem sido dominado por empresas “plataformizadas”, a partir da expansão do arcabouço maquinico-informacional-digital no mundo produtivo (ANTUNES, 2020). O sistema de algoritmos utilizados por essas firmas cria “bolhas” que isolam os usuários, fazendo-os receber somente informações que corroboram seu ponto de vista. O aperfeiçoamento dos algoritmos inicialmente em termos comerciais

(para capturar consumidores para um determinado conteúdo e mantê-lo vinculado a esse conteúdo) foi usado em termos políticos: “O objetivo inicial foi comercial, e não o de criar instrumentos para a ascensão da extrema-direita, por exemplo. Mas a consequência residual, o efeito colateral, acabou sendo jogar as pessoas, cada vez mais, em bolhas” (BARBOSA, 2022).

Cada pessoa parece habitar um mundo que só faz confirmar suas crenças, cada um vive em um mundo erigido por suas crenças: “Na pós-verdade, mais do que interpretar e significar o acontecimento, cria-se uma versão que o sujeito tende a interpretar como verdadeira ou não, independente de investigações científicas quaisquer” (SIEBERT; PEREIRA, 2020, p. 244).

Esse clima de pós-verdade se entrelaçou com o peso das *fake news* (notícias intencionalmente falsas) e com outro fenômeno que tem se fortalecido nos últimos tempos: o negacionismo da ciência (*terraplanistas*, negacionistas do aquecimento global, antivacinas etc.). A conjugação entre descrédito das evidências em detrimento da verdade individual, a disseminação intencional de notícias falsas para fins de manipulação político-ideológica e o descrédito e negacionismo da ciência habitam a atmosfera de ascensão mundial da nova direita ou, parafraseando Adorno (2020), do novo radicalismo de direita.

Seu traço neofascista precisa ser compreendido a partir do alerta ainda atual de Max Horkheimer (1939, p. 115): “Quem não quer falar do capitalismo deve-se calar-se também sobre o fascismo”. O fascismo não é sinal de desinformação ou um desvio da ordem democrático burguesa. Ele está entranhado à lógica do capital; ancora-se, portanto, na sua dinâmica social objetiva, mais precisamente nas suas crises orgânicas, momentos nos quais irrompe toda a irracionalidade desse modo de vida: a busca desvairada pela valorização do valor em detrimento da satisfação de necessidades humanas, a concentração de riqueza, a anarquia social etc.

Como observa Andrade (2021, s. p.), a “normalidade” do capitalismo é “[...] a personificação da crise global do sistema expressando graus avançados de irracionalidade [...]”. Os rearranjos políticos e econômicos para o enfrentamento das crises não conseguem mais uma estabilização por longo tempo, o que gera situações cada vez mais caóticas.

A hegemonia do capitalismo em sua feição neoliberal tem comprovado isso na medida em que se mostra incapaz de

[...] conter as desastrosas consequências sociais, políticas e ambientais que só tendem a se agravar. [...] Enquanto isso, parcelas significativas das massas em desespero e desesperançadas, assim como a classe média tendem abraçar o autoritarismo, o negacionismo, o fanatismo religioso, o anticomunismo que se expande através de movimentos políticos neofascistas, que emergem como filhos legítimos e intrínsecos da crise do capitalismo e do neoliberalismo (ANDRADE, 2021, s.p.).

Nesse contexto, estabelece-se uma forte aliança entre interesses empresariais e setores neoconservadores: “[...] o neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (HARVEY, 2014, p. 92). Nas palavras de Harvey (2014, p. 92), “[...] o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre”.

Na costura neoliberalismo e neoconservadorismo, a democracia burguesa não hesita em afastar-se, sem pudor, de tonalidades liberais progressistas, em assumir traços totalitários e cultivar uma ambiência persecutória e neofascista. Essa tem sido a condição vivida no Brasil em especial na eleição presidencial de 2014, no golpe de Estado que tirou Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016 e na ascensão vertiginosa da extrema direita no país, culminando com o governo de Jair Messias Bolsonaro como presidente em 2019.

O momento atual nos permite perceber que o negacionismo do conhecimento científico ou a relativização desse saber está de mãos dadas com posições reacionárias e ultraconservadoras. Tal fato atravessou vários acontecimentos no país em sua história recente. A instalação pela presidenta Dilma Rousseff da Comissão da Verdade a partir de maio de 2012, para investigar violações de direitos humanos por parte do Estado ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil, foi confrontada várias vezes por argumentos relativistas. Em São Paulo, por exemplo, quando se discutiu a reabertura da Comissão Municipal da Verdade em março de 2013, o vereador Coronel Telhada (PSDB) votou contra e insistiu que cada um tem a sua verdade e, portanto, era necessário ouvir a violência sofrida pelos militares: “A verdade que está sendo apresentada é totalmente relativa. A violência que os militares sofreram na época nunca é levada em conta” (PREFEITURA..., 2014).

O *Escola sem Partido* também se vale de tal relativização dos conhecimentos e da verdade. Nos deveres do professor, elaborados pelo movimento, encontramos: “4 –Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, **as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria**” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019, grifo nosso).

No primeiro ano de governo, o presidente Bolsonaro também iniciou sua política anticiência com cortes de verbas para a ciência⁵ e de bolsas para a pós-graduação.⁶ O seu segundo Ministro da Educação Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub fez ataques constantes às instituições federais de ensino: interferiu na nomeação de reitores/as, acusou-as de ter plantações extensivas de maconha e anunciou cortes de verbas do orçamento, em especial das que estivessem promovendo “balbúrdia” (cf. WEINTRAUB..., 2019; KER, 2020). Em 2019, sua política anticiência também se manifestou na sua recusa de conduzir a vacinação em massa contra a Covid-19, fato que resultou em mais de 600 mil mortes em decorrência dessa doença no país.

De certa maneira, confirmou-se o alerta dado anteriormente: quando os pressupostos *pós* são levados às últimas consequências, o fortalecimento não é das vozes minoritárias e invisibilizadas pela narrativa única, mas das posições conservadoras que se mantêm tão legítimas como quaisquer outras e sem poderem ser submetidas à crítica a partir da objetividade social.

Como bem coloca Medeiros (2021), não se trata de culpar a agenda pós-moderna, em especial sua tendência de esquerda pela ascensão da extrema direita. Contudo, visto sob a perspectiva da totalidade dos fenômenos que marcam nossa época, também não é possível isentá-la de, em termos ideológicos, ser constituída por e constituir o capitalismo contemporâneo. Desse modo,

[...] não se deve deixar de apontar o que hoje podemos julgar como um suicídio ideológico: minar a capacidade da crítica científica de influenciar o pensamento cotidiano, a visão de mundo corrente. O fundamental, portanto, é deixar claro que todo proferimento ideológico tem significado prático, podendo alcançar um sentido e uma dimensão distintos do que o pretendido na formulação original. Não existem brincadeiras filosóficas, ao menos se as ideias que as fundamentam demonstram-se capazes de percorrer o tecido social. Se se ataca durante décadas a principal arma discursiva em favor da emancipação do gênero humano, a ciência, ela acaba de fato desprestigiada (MEDEIROS, 2021, p. 445).

Registramos também que, ao abordar alguns dos rumos e movimentos da agenda pós, ficamos longe da intenção tanto de detalhar todas as suas sobrevidas ou ressurreições contínuas, como de anunciar mais um de seus fins. Como visto, as próprias confusões que muitas vezes foram (e têm sido) geradas no seio dessa agenda serviram de alimento e impulso para o seu desenvolvimento. Portanto, suas aporias e seus malabarismos podem se tornar não uma fragilidade, mas a força para a renovação de seu conservadorismo.

Por fim, pontuamos que estamos diante de uma brecha histórica favorável à luta contra argumentações como as da agenda pós. Nos últimos anos, em função do avanço de forças reacionárias em termos mundiais e da pandemia de Covid-19, a reação contra qualquer relativismo da verdade e depreciação da ciência tem sido assumida por vários segmentos sociais progressistas. Não por acaso várias manifestações de 2017 a 2021 ratificaram a defesa do conhecimento científico, de seus orçamentos públicos e de suas conquistas. Alguns cartazes dessas manifestações sinalizam isso em seus dizeres:

“Pesquisa não é balbúrdia”

“Esqueçam as princesas, eu quero ser astrofísica”

“Sem ciência o Brasil não avança”

“Sem ciência não há futuro”

“Sem ciência não há consciência”

“No começo de todo filme de desastre tem cientistas sendo ignorados”

Chama atenção, nesse contexto, o pronunciamento de Vanuza Kaimbé, a primeira indígena a tomar a vacina no país. Sua abordagem da ciência afasta-se do viés totalitário e etnocêntrico que lhe atribui parcela da agenda pós. Segundo ela:

A vacina salva vidas. É a única garantia da nossa existência. Desde 1500, nosso povo foi quase dizimado. Nós éramos 1.300 povos indígenas no Brasil, hoje nós somos apenas 305. Se nós não nos vacinarmos, nós vamos desaparecer. Eu estou aqui em defesa da minha vida, da minha família, do meu povo e da humanidade. Estou me sentindo hoje com esperança. Esperança de dias melhores, esperança de vida. A palavra, hoje, é essa. E é também gratidão. Gratidão à Ciência e aos educadores [...]. Quero dizer para os meus parentes: ‘vamos nos vacinar!’. Vacinar é um ato de amor, de esperança. Eu sou um exemplo. Sou indígena, uma mulher de fé, sou uma pessoa que preserva os ensinamentos do meu povo, a minha ciência, a minha ancestralidade, minha crença. Mas sei que só a minha crença e a minha ancestralidade não são suficientes para combater este vírus, que é um inimigo feroz que destrói vidas em questão de minutos ou segundos (apud NUNES, 2021, s.p.).

Vivemos uma condição na qual a asserção pós-moderna de não existência de validade objetiva para a verdade e para o julgamento ético está enfraquecida. Além disso, a história (como prática social) tem se imposto e a atual defesa da ciência coloca sob suspeita a própria suspeição a que fora submetida pelas mãos do pós-moderno. Por essa razão, nosso momento traz bases objetivas e subjetivas para colocarmos o debate sobre a pesquisa científica e a prática educativa em outro patamar. Defender a ciência não implica abdicar da necessária crítica ao cientificismo positivista e a subserviência desse saber aos interesses do mercado. Essa provocação merece aprofundamentos até para articulá-la ao projeto de valorização da escola pública, do ensino e da transmissão e apropriação ativa de conhecimentos elaborados, como conhecimentos vivos acerca do fazer-se humanidade. Nesse aspecto, a Pedagogia histórico-crítica tem muito a oferecer.

Referências:

- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- AHMAD, Aijaz. Postcolonial theory and the “post-” condition. **Socialist register**, London, v. 33, p. 353-381, 1997.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANDRADE, Eliziário. A normalidade da irracionalidade. **A terra é redonda... eppur si muove**. 25 jun. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-normalidade-da-irracionalidade/#_edn. Acesso em: 21 ago. 2022.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boiempo, 2020.
- APPLE, Michael W. Podem as teorias críticas sustar as políticas de direita? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 107-142, jul. 2002.
- BIESTA, Gert. Say you want a revolution... Suggestions for the impossible future of critical Pedagogy. **Educational Theory**, v. 49, n. 4, p. 499-510, 1998.
- BOHMAN, James. Critical Theory. In: ZALTA, Edward N. (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Stanford 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/critical-theory/>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- CALLINICOS, A. **Against postmodernism: a Marxist critique**. Cambridge: Polity Press, 2002.
- CONNOER, S. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 1993.
- CORAZZA, Sandra M. Currículo como modo de subjetivação do infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 22., 1999, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1999.
- CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. **Sinais – revista eletrônica**, Vitória, n. 15, p. 16-33, jun. 2014.
- DELLA FONTE, Sandra Soares. Fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 23-42.
- DELLA FONTE, Sandra Soares. Agenda pós-moderna e neopositivismo: antípodas solidários. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 35-56, jan./mar. 2010.

- DELLA FONTE, Sandra Soares. **As fontes heideggerianas do pensamento pós-moderno**. 2006. Orientadora: Maria Célia Marcondes de Moraes. 233 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo: o campo do signo 1945-1966**. Campinas/ São Paulo: Editora da UNICAMP/ Ensaio, 1993.
- DUAYER, Mário. **Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental?** Niterói: UFF, 2003. 14p. (Mimeo.).
- EAGLETON, Terry. **After theory**. London/ New York: Penguin Books/ Basic Books, 2003.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ESCOLA SEM PARTIDO. **Deveres do professor**. 2019. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/deveres-doprofessor/>. Acesso em: 4 jul. 2019.
- FALAVIGNA, Maurício. Ciência e Pesquisa: Governo Bolsonaro derrubou investimentos em quase 75% em relação a 2015. **Reconta aí**, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://recontai.com.br/ciencia-e-pesquisa-governo-bolsonaro-derrubou-investimentos-em-quase-75-em-relacao-2015>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- FISCHMAN, Gustavo; SALES, Sandra Regina. Formação de professores e pedagogias críticas - É possível ir além das narrativas redentoras? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 7-20, jan./abr. 2010.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les Lumières? In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits** (1954-1988). Paris: Editions Gallimard, 1994. v. IV. p. 679-688.
- HABERMAS, Jürgen. Que significa socialismo hoje? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 30, p. 43-61, jul. 1991.
- HABERMAS, J. Modernity – an incomplete project. In: DOCHERTY, Thomas (org.). **Postmodernism: a reader**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993. p. 98-109.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. **Ecoss da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HORKHEIMER, Max. Die Juden und Europa. **Studies in Philosophy and Social Science**, n. 8, p. 115-137, 1939.
- JAMESON, F. Foreword. In: LYOTARD, J. F. **The postmodern condition: a report on knowledge**. Manchester: Manchester University Press, 2004. p. VII-XXI.
- JEANPIERRE, Laurent. A invenção e as reinvenções transatlânticas da “Critical Theory”. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 171-202, jul./dez. 2010.
- KELLER, J. After attack, postmodernism loses its glib grip. **The Chicago Tribune**, 27 de setembro de 2001. 3p. Disponível em: <http://squawk.ca/Ibo-talk/0109/3024.html>. Acesso em: 24 jun. 2004.
- KER, João. Balbúrdia, plantação de maconha e bloqueio de recursos: os ataques de Weintraub às universidades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,balburdia-plantacao-de-maconha-e-bloqueio-de-recursos-os-ataques-de-weintraub-as-universidades,70003203018>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- LATOURE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 39, 2013.
- LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 455-466, 2015.

- LUKACS, Gyorg. Prefácio (1962). *In*: LUKACS, Gyorg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000. p. 7-19.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- LYOTARD, Jean-François. Answering the question: what is postmodernism? *In*: DOCHERTY, T. (org.). **Postmodernism: a reader**. Harvester Wheatsheaf: Great Britain, 1993. p. 38-46.
- LYOTARD, Jean-François. **Moralidades pós-modernas**. Campinas: Papirus, 1996.
- MACEDO, Elizabeth. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-15, 2018.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 337-382.
- McLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.
- McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.
- McLAREN, Peter; JARAMILLO, Nathalia. **Pedagogy and praxis in the age of empire: towards a New Humanism**. Rotterdam: Sense Publishers, 2007.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. Indagações sobre o conhecimento no campo educacional, **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 315-346, jul./dez. 2009.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 337-357, maio/ago. 2004.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. Os “pós-ismos” e outras querelas ideológicas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 14, n. 25, p. 45-59, jan./jun.1996.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A configuração atual dos estudos curriculares: a crise das teorias crítica. *In*: PARAÍSO, Marlycy (org.). **Antonio Flavio Barbosa Moreira: pesquisador em currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95-115.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. A importância do conhecimento escolar em propostas curriculares alternativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45, p. 265-290, jun. 2007.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Estudos de currículo. Avanços e desafios no processo de internacionalização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, 367-381, 2009.
- NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. *In*: NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 223-241.
- NÚMERO de bolsas para pesquisas científicas cai 17,5% na gestão de Jair Bolsonaro. **Andes**, Brasília, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/numero-de-bolsas-para-pesquisas-cientificas-cai-17-5-na-gestao-de-jair-bolsonaro1>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- NUNES, Mônica. “Sinto esperança e gratidão”, diz Vanuza Costa Santos, da etnia Kaimbé, a primeira indígena vacinada contra Covid-19 no Brasil. **Conexão planeta**, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/sinto-esperanca-e-gratidao-diz-vanuzia-costa-santos-da-etnia-kaimbe-a-primeira-indigena-vacinada-contr-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- PARAÍSO, Marlycy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 238-303, maio/ago. 2004.
- POST-TRUTH. **Oxford Dictionary**. Oxford: Oxford Lexico. s.d. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/post-truth>. Acesso em: 20 maio 2022.
- PREFEITURA de São Paulo terá comissão da verdade. **Sindicato dos Bancários**, São Paulo, 28 maio 2014. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/05/2014/prefeitura-de-sao-paulo-tera-comissao-da-verdade>. Acesso em: 12 abr. 2022.

- RIBEIRO, Márden de Pádua. Currículo e conhecimento sob diferentes perspectivas teóricas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 574-599, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/ribeiro.pdf>. Acesso em 12 out. 2020.
- RIBEIRO, Márden de Pádua. Teorias críticas e pós-críticas: pelo encontro em detrimento do radicalismo. **Movimento Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 284-317, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i5.32619>. Acesso em: 13 out. 2020.
- RORTY, R. **Ensaio sobre Heidegger e outros: escritos filosóficos 2**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume: Dumará, 1994.
- ROTHSTEIN, E. Attacks on U.S. challenge the perspectives of postmodern true Believers, **The New York Times**, 22 de setembro de 2001. p. A17. Disponível em: <http://darkwing.uoregon.edu/~dgalvan/intl240-f03/pomo&9-11-rothstein1.htm>. Acesso em: 24 jun. 2004.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 54, p. 197-215, jun. 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, S. L. A logogização do infantil: uma prática escolar. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2000. GT 12 - Currículo.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCHURSTER, K.; LEITE, Alana de Moraes. Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 386-406, 2021.
- SIEBERT, Silvéria; PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- SOKAL, A. D. Transgressing the boundaries: an afterword. **Dissent**, vol. 43, n. 4, p. 93-99, 1996c. 15p.
- SOKAL, A. D. A physicist experiments with Cultural Studies. **Lingua Franca**, p. 62-64. maio/jun. 1996b. 7p.
- SOKAL, A. D. Transgressing the boundaries: toward a transformative hermeneutics of quantum gravity, **Social text**, n. 46-47, Science Wars, p. 217-252, 1996a.

WEINTRAUB diz que faculdades plantam maconha. **Isto é**, São Paulo, Seção Dinheiro, 23/11/2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/weintraub-diz-que-faculdades-plantam-maconha/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

WOOD, Ellen Meiksins O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen Meidsins; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 7-22.

WOOD, Ellen Meiksins. What is the “postmodern” agenda? An introduction. **Monthly Review**, v. 47, n. 3, p. 1-12, jul./ago. 1995.

WORD of the year 2016. **Oxford languages**. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 20 maio 2022.

Notas

¹ Doutora em Educação e em Filosofia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do Grupo de pesquisa Estudos Marxistas em Educação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9396743098041438>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9514-7202>. E-mail: sdellafonte@gmail.com.

² Esse é um movimento complexo, pois, em alguns casos, coloca em dissonância intencionalidades políticas individuais e os desdobramentos teóricos e históricos das argumentações pós. Vide, por exemplo, as relevantes críticas de autores/as que se situam na agenda pós à Escola sem partido e à Base Nacional Comum Curricular (cf. MACEDO, 2018).

³ A expressão virada ou giro linguístico foi utilizada, em 1966, quando Richard Rorty reuniu em um volume um número significativo de textos importantes a respeito de “filosofia linguística”, com o título *The linguistic turn*. A partir daí, a expressão ganhou popularidade, indicando o movimento ocorrido na filosofia no século XX centrado na linguagem e não na consciência. Pensadores da *linguist turn* afirmam que o que sustenta a legitimidade dos discursos é também um discurso a ser legitimado. Se o acesso ao mundo depende da mediação linguística e sendo esta, por sua vez, contextual e sujeita a interesses, a crítica seria, na verdade, mais um discurso vinculado a determinado contexto que carrega os interesses de seus proponentes.

⁴ Trata-se do experimento literário no qual o físico Alan Sokal intencionalmente elaborou um texto permeado de *nonsenses*, com o intuito de verificar se tal artigo seria aceito para publicação. O artigo foi publicado em uma revista com reputação de esquerda (SOKAL, 1996a). No mesmo ano, o autor revelou a paródia (SOKAL, 1996b) e explicou que o motivo de sua sátira foi duplo: “[...] combater um discurso pós-modernista/pós-estruturalista/construcionista social atualmente em moda e, de forma mais geral, uma inclinação para o subjetivismo que é, a meu ver, inimigo dos valores e do futuro da esquerda” (SOKAL, 1996c, p. 3) e afirmar que “[...] há um mundo real; suas propriedades não são apenas construções sociais; fatos e evidências importam” (SOKAL, 1996b, p. 4).

⁵ Em 2022, o valor em orçamento dedicado à Ciência e Tecnologia é 73,4% menor do que o de 2015 (FALAVIGNA, 2022).

⁶ Na gestão de Jair Bolsonaro até 2022, o número de bolsas para pesquisas científicas sofreu uma diminuição: queda de 17,5% no número de bolsistas contemplados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de 16,2% pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (NÚMERO..., 2022).

Recebido em: 15 de out. de 2022

Aprovado em: 10 de nov. de 2022